

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 15/2025

Continuação da Sessão Extraordinária de 28 de JULHO - 29 de JULHO 2025

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Continuação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Adriana Cavaco Guerreiro (em substituição de Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira), José João Magalhães David, Ricardo Filipe Martins Gonçalves (em substituição de Fábio Miguel Cortes Nobre), José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nuno Tiago Sousa Trindade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

8 Deputados Municipais do PSD - Ruben Emanuel Cruz Santos (em substituição de João Carlos Dias dos Santos), Bruno José de Sousa Guerreiro (em substituição de Bárbara Maria do Amaral Correia), Victor Matos Coelho (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Hélder Faísca Guerreiro, Dália Maria Brito Mogo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

2 Deputados Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho (em substituição de Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro); -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Independente - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, O Vice-Presidente, David Pimentel, e os Vereadores, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes o Presidente da Câmara Vítor Aleixo e os Vereadores, Ana Machado, Abilio Sousa, João Paulo Sousa e Rui Cristina. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----



*Or
Hoje
W.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

3- Período da Ordem do Dia;

- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1305-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 4.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação**;
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1349-2025 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação**;
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1221-2025 [GAF] - 6.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo Relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Alte no Valor de 345 065,53€ (trezentos e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco euros e cinquenta e três centimos) nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; **para deliberação**;
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1317-2025 [GELH] - Minuta de Contrato de Compra e Venda - Aquisição de Imóvel Urbano (Armazém) em Propriedade Total com Alvará de Utilização para Serviços, Sito na AEL - Área Empresarial de Loulé; aprovação da Minuta da Escritura de compra e venda, em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **para deliberação**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1246-2025 [DMADS] - Aprovar a Aquisição de Prédio Rústico Situado no Lugar de Olivais de Santo António, Freguesia de S. Sebastião, Loulé, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, pelo preço de 2.175.000,00€ (dois milhões cento e setenta e cinco mil euros), o imóvel situado em Olivais de Santo António, freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé; para deliberação;

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1283-2025 [DACEC] - Aprovar e Submeter a Assembleia Municipal o Relatório Voluntário Local: Loulé Rumo a 2030; para deliberação;

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1160-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (2024); para conhecimento;

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1362-2025 [DACEC] - Aprovar a Adesão do Município de Loulé à Rede de Cidades Pelo Clima e a Assinatura da Respetiva Carta de Compromisso; para conhecimento;

Foram iniciados os trabalhos-----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito boa noite a todos e a todas. --- O senhor Presidente da Câmara informou a Mesa de que não conseguiria estar presente, motivo pelo qual o Executivo se fará representar pelo Senhor Vice-Presidente. Também o Senhor Vereador João Paulo Sousa, por motivos pessoais, informou que não estaria presente. E posto isso, com os cumprimentos aos Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Deputados, ao Executivo, na pessoa do Senhor Vice-Presidente David Pimentel, às nossas equipas da Língua Gestual Portuguesa e do Gabinete de Apoio e da transmissão pelos meios Audiovisuais e ao público que nos acompanha em casa. Hoje não temos público presente também, como é continuação, não há Período de Intervenção do Público.

3- Período da Ordem do Dia;

Vamos continuar a nossa Sessão de ontem, passando diretamente para o Período da Ordem do Dia, nomeadamente a alínea c) e neste caso também a alínea d), como tem sido feito nestas matérias.

c) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 1305-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 4.ª Alteração Orçamental modificativa da Receita, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação**;

d) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 1349-2025 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação**;

O Executivo solicitou a apresentação conjunta da alínea c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1305-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 4.ª Alteração Orçamental modificativa da Receita, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, e da alínea d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1349-2025 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, portanto, como tem vindo a ser hábito, a apresentação conjunta e votação em separado. Alguém se opõe a esta metodologia? Assim sendo, o Senhor Vice-Presidente David Pimentel tem a palavra.

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento a si e à Mesa e ao Executivo presente, as senhoras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e senhores Deputados e a quem nos segue a partir das redes digitais. -----
Agradeço, encarecidamente, novamente, terem permitido a apresentação conjunta, uma vez que é a 4^a Alteração Modificativa do Orçamento. Só fazer aqui um bocadinho de histórico. Não é comum termos quatro alterações feitas no orçamento em termos modificativo. Só relembrando, a primeira alteração modificativa é aquela em que é feita em todos os municípios e em todas as Juntas de Freguesia no início do ano, para integração do saldo Conta de Gerência. Normalmente resultava no mês de abril, creio eu, de há cinco anos a esta parte, a Lei do Orçamento de Estado permite a integração de saldo de Conta com a modificação. -----

A 2.^a Modificação que trouxemos à Assembleia Municipal tem a ver com o Contrato de Mandato da Loulé Concelho Global. Foi o reorganizar daquilo que são os investimentos previstos na estratégia local da habitação e daquilo que íamos mandatar a Empresa Municipal fazer. E como já havia uma maior maturidade nalguns dos processos em curso, adaptamos o orçamento do Município àquilo que iríamos mandatar a Empresa Municipal fazer e portanto, essa foi a 2.^a Alteração Modificativa. - A 3.^a Alteração Modificativa, se bem se recordam, teve a ver com o facto de o Edifício Mariano Gago ser destinado à Investigação Científica na área das Ciências Biomédicas. Em que o projeto de execução terminou e o valor que tínhamos orçamentado era superior àquilo que necessitávamos e, portanto, foi orçamentado o orçamento da Câmara e foi aumentado o valor para o Casino Velho de Quarteira, uma vez que tivemos que lançar pela terceira vez esse concurso público. -----

A 4.^a Alteração Modificativa é precisamente esta que vem hoje e, portanto, só sinalizando aquilo que são as principais alterações são no que diz respeito ao PPI, o Plano de Investimentos. Tivemos a inscrição de duas novas rubricas. Tem a ver com a construção de uma nova em Loulé, que é a Unidade de Saúde Familiar Mãe Soberana e a aquisição do respetivo equipamento. O que se passa não só no concelho de Loulé como em vários municípios do país e infelizmente, acrescento eu, e que há muito nem todos os residentes dos concelhos têm médico de família atribuído. Também é o caso do Município de Loulé, temos cerca de 10.000 utentes no concelho que não têm médico de família atribuído e esta inscrição de uma nova rubrica para a área da saúde e precisamente para dotarmos o conselho de mais uma Unidade de Saúde Familiar para, de uma vez por todas limparmos aquilo que são os utentes em espera de terem médico de família. -----

Há uma alteração também no Plano de Atividades Municipal, portanto, até agora esta primeira informação que partilhei no Plano de Atividades Municipais, a inscrição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma nova rubrica que tem a ver com o Complexo de Diagnóstico Oncológico Avançado. Esta informação que eu estou a dizer está na Proposta que foi para reunião de Câmara e remetida aos senhores Deputados. Portanto, este diagnóstico oncológico avançado é precisamente onde vamos localizar o tal equipamento PET que é o Equipamento Tomografia, permissões de posições tem a ver com a resposta, finalmente, na região do Algarve, para que nenhum doente oncológico tenha que sair em direção a Lisboa, a Sevilha, para fazer o tratamentos de A a Z no que diz respeito às questões oncológicas e também foi já informado à Assembleia que é precisamente neste local do Complexo Diagnóstico Oncológico Avançado que irá ser implementado um Projeto de Procriação Medicamente Assistida que hoje, em termos públicos, apenas existe a Norte do país e, portanto, será a primeira resposta a sul do país. ----- Aqui também será instalada a Ressonância Magnética Nuclear que está agora ao pé do Pavilhão Joaquim Vairinhos e, portanto, serão estas as valências que terá esta. Esta inscrição que temos aqui porque é que está em Plano de Atividades e não em Plano de Investimento? Porque o investimento é da parte do Algarve, não é um investimento do município. O município apenas tem a componente de financiamento à componente nacional, porque ela vai ter alguns fundos de financiamento e é um investimento que rondará 8 milhões €. E a contrapartida que o município está a colocar aqui para garantir esta oferta do diagnóstico oncológico avançado é de 1.900.000,00 €, conforme os senhores deputados podem ver. ----- Última nota, em relação a esta Alteração Modificativa, novamente no Plano de Atividades Municipal não é uma nova rubrica. É um reforço de uma rubrica que já tinha sido aqui apresentada, que é para a construção da futura sede da Junta de Freguesia de São Clemente, projeto que já podem ver que está enfim, apresentado publicamente num outdoor localizado próximo do Tribunal aqui em Loulé. Esse projeto finalmente ficou concluído, foi de iniciativa da Junta de Freguesia de São Clemente, que não tem capacidade para fazer um investimento total e irá suportar 300.000 € de investimento e solicitou à Câmara a verba que está aqui neste reforço. Era uma rubrica, conforme disse, já estava aberta e até que tivéssemos o valor preciso do que aqui era este investimento, não o tínhamos cabimento em termos orçamentais. Trazemos então à Assembleia este reforço desta rubrica e, portanto, são estas as matérias que estão aqui nesta Alteração Modificativa e, naturalmente, estarei inteiramente disponível para qualquer dúvida que tenham para colocar. Muito obrigado, senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados e Deputadas, que pretendam fazer uso da palavra. Senhor Deputado Carlos Martins, tem a palavra. Há mais alguma inscrição para além do senhor Deputado Carlos Martins, que está a organizar ali os ficheiros informáticos? Quando estiver pronto, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, em seu nome cumprimento todos que estão aqui. -----

Portanto, em relação às duas Propostas, uma da 4.^a Alteração Orçamental e os respeitantes Compromissos Plurianuais. Realmente, eu fiquei ciente da última apresentação que houve aqui sobre habitação, que o senhor Vereador, prometeu que nesta Revisão Orçamental iria constar verbas para garantir a aquisição dos outros 20 fogos que faltavam naquele empreendimento atrás do continente, ou por erro meu, ou por erro, do Vereador ou por não haver necessidade, não vejo aqui nem na Alteração Orçamental, nem nos Compromissos, e, portanto, gostaria de uma informação. Certamente foram efetuados estudos para a construção da nova USF Mãe Soberana e que nós concordamos que realmente a Câmara comparticipa nesta construção, assim como na aquisição do equipamento. E também que tenha destinado verba para um Compromisso que foi feito nesta Assembleia de garantir que o Centro Oncológico estaria a funcionar em 2026 com estas novas vertentes da Ressonância Magnética e da Procriação Assistida. Também fico satisfeito por realmente por acaso ou não, porque pronto, estamos em fim de mandato, finalmente a minha freguesia, a maior de Loulé, vai ter uma Junta de Freguesia, um edifício em condições para os seus fregueses. Uma coisa que a freguesia de São Sebastião já tem um edifício novo há mais de 12 anos. Mas pronto. Alguma vez teria que chegar à minha freguesia. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. ----- Continuam abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendam usar da palavra. Não houve inscrições, tem a palavra o senhor Vice-Presidente, David Pimentel. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente e muito obrigado pela sua questão, senhor Deputado Carlos Martins. Efetivamente, antes desta Assembleia, houve uma reunião preparatória com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a Comissão de Representantes, em que eu informei que havia uma Alteração do Orçamento do Município para a aquisição de 20 fogos de habitação a custos controlados que estão no âmbito daquele Loteamento que está a acontecer na zona de Vale de Rás, em que ainda ontem tivemos aqui o pedido de autorização à Assembleia Municipal para adquirir 60 desses 80 fogos. -----

Nessa reunião eu disse que havia sido gerido o Orçamento do município de maneira a contemplar os 20 fogos adicionais. No entanto, incorretamente informei a Conferência de Representantes de que essas verbas estariam inscritas na Alteração Modificativa e não na Alteração de Permuta. E agora permita-me retratar-me e então assim informar a toda a Assembleia de que as Alterações de Permuta estão no âmbito das competências da Câmara Municipal, porque efetivamente não há alteração nem do valor do Orçamento, nem inscrição de novas rubricas e permitir entre rubricas que já existentes do município e, portanto, a aquisição dos 20 fogos. Já agora, só contextualizando, a Câmara Municipal está a tentar adquirir os 80 fogos de habitação que os controlados sempre tentou. Ainda ontem, se eu não me conseguir explicar bem agora vou aproveitar. E muito obrigado pela sua questão, porque permite reforçar aqui a Assembleia a consulta ao mercado que fizemos para a aquisição de bens futuro surgiram 80 fogos de habitação controlados. -----

A Câmara lançou em dezembro de 2023 a intenção de adquirir na totalidade. Recebemos um ofício do IHRU posterior a março de 2024, informando que nós só poderíamos subscrever a intenção de aquisição de 60, porque tínhamos esgotado a capacidade de aquisição de fogos dentro do âmbito da Estratégia Local de Habitação. Também num sentido muito claro e de transparência absoluta, havia um entendimento do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana que as várias medidas que estão no acordo de colaboração, permitia alguma flexibilidade, isto é, reabilitar tanto ou construir tanto. E se tivéssemos a adquirir mais, haveria um reajuste esse entendimento, nunca foi tornado oficial em nenhum documento. E enfim, recebendo um ofício do IHRU que teríamos que retirar esses 20 fogos do nosso pedido original de 80, ficamos com os 60, que foi aquilo que foi aprovado ontem por unanimidade na Assembleia Municipal e vamos avançar para a aquisição. O que é que eu vos quero informar? A Câmara Municipal, desde da alteração da nossa Estratégia Local de Habitação, que foi feito em janeiro deste ano, submeteu um pedido de aquisição desses 20 fogos remanescentes que surgiram de facto nessa proposta, nessa consulta ao mercado, para que nós pudéssemos adquiri-los ao abrigo do primeiro direito, cujo financiamento não é 100% como o PRR, mas será na ordem dos 60%.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Até agora ainda não recebemos a autorização ou o contrato de financiamento ao abrigo do primeiro direito. Também não podemos ter um contrato de financiamento ao abrigo do PRR porque neste momento não existe nenhum aviso aberto de candidaturas a financiamento ao abrigo do PRR para a habitação. Se surgir, e foi o que eu também ontem informei, o Ministro das Infraestruturas e Habitação, disse que ia migrar esse pedido do Primeiro Direito do PRR, não existindo financiamento para esses 20 fogos. -----

O Orçamento da Câmara, na rubrica do PPI com o objetivo de 2,1 e foi uma rubrica aberta no ano passado para o ano de 2025, com o número 124. É uma rubrica de investimento aquisição de novos fogos de habitação do concelho. Esta rubrica estava dotada de 13.500.000 €, portanto acima daquilo que era a expectativa dentro do âmbito do PRR. e tivemos que reforçar a verba para garantir que hoje, se tivermos que adquirir os 20 fogos adicionais de habitação com os controlados, o orçamento da Câmara já está dotado não por uma Alteração Modificativa, porque a rubrica já existe e o valor total do orçamento não altera, mas porque adotamos numa alteração e o meu lapso e porque foi precisamente na mesma reunião de Câmara que nós fizemos a Alteração Modificativa, que foi no dia 14 de julho de 2025. A Modificação segue para a Assembleia Municipal e a Permuta Ativa não segue, porque ela efetivamente está no âmbito das competências da Câmara. E, portanto, respondendo ao senhor Deputado, espero que tenha sido esclarecedor. Em todo o caso, por alguma razão alguém tenha ficado com alguma dúvida, estarei naturalmente disponível para acrescentar informação na medida do possível. Obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente. ----- Queria, aproveitar, para pedir ao Executivo que mesmo as Alterações Permutáveis sejam enviadas a esta Assembleia Por uma razão muito simples embora sejam da competência do Executivo, elas significam alterações ao orçamento aprovado pela Assembleia. Portanto, pelo menos para conhecimento à Assembleia, que deve ter conhecimento das alterações que são introduzidas no Orçamento. ----- Portanto, sim, tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Se me permitir, ao longo desta sessão, eu farei já um encaminhamento da proposta, desta alteração, prometo, até porque ela tem esta alteração dos 20 fogos de habitação, que é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

alteração significativa. Eu até ao final da Sessão comprometo-me a enviar para a Mesa e a Mesa depois fará a distribuição pelos seus Deputados para tomarem conhecimento desta alteração. -----

Uma vez que é uma alteração significativa, estratégica e que seguramente todos concordaremos que, havendo habitação e havendo necessidade de ter oferta pública, temos que fazer o possível para que possamos adquirir mais destas 20 habitações que temos a custos controlados no concelho de Loulé. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente, pelo acolhimento do pedido e continuam aberto as inscrições para os senhores Deputados que queiram usar da palavra, caso queiram. -----

Não havendo inscrições, iríamos passar à votação da alínea c) proposta da Câmara Municipal 1305-2025 [DAF]. O voto é expresso de forma eletrónica e façam favor de exercer o vosso direito. -----

Passou-se à votação; -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1305-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 4.ª Alteração Orçamental modificativa da Receita, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; para deliberação; -----

A proposta foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor (21 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 IND) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU) -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1349-2025 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; para deliberação; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A proposta foi aprovada **maioria**, com 32 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, IND) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 CDU). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1221-2025 [GAF] - 6.^a Alteração ao Contrato Interadministrativo Relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Alte no valor de 345 065,53€ (trezentos e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco euros e cinquenta e três céntimos) nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: E nesse caso iremos passar a alínea e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1221-2025 [GAF]. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Portanto, o que vem aqui para deliberação é a 6.^a Alteração do Contrato Administrativo com a Junta de Freguesia de Alte. Se os senhores Deputados se recordam, a 3 de outubro do ano passado, veio algumas Alterações de Contratos Administrativos, designadamente com a freguesia de Alte, para capacitá-la de fazer projetos na rede de distribuição de água, e um desses projetos era de facto, no sítio da Torre. Tendo esse projeto concretizado e o procedimento de contratação pública preparado, neste momento, a Junta de Freguesia e no âmbito daquilo que nós temos procurado sempre fazer e que tem tido também o vosso acolhimento, as Juntas de Freguesia estão cada vez mais capazes de intervir no seu território, de responder às necessidades que a comunidade assim o exige e dentro daquilo que é a esfera de gestão do Município, do Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Municipais. Existem centenas de projetos em curso e sempre que as Juntas possam substituir-se à Câmara em que a Câmara capacita financeiramente para que as Juntas o façam. É esse o trabalho que temos feito. Daí que aqui, trata-se de uma 6.^a Alteração e aquilo que se propõe aqui colocar à vossa consideração é dotar em Contrato Administrativo a capacidade da Junta de Freguesia, de fazer a rede de abastecimento de águas e rede de incêndios no sítio da Torre, pelo valor de 345.000,00 €. -----

Portanto, é mais uma vez, dentro do âmbito da Estratégia que creio que todos desenhámos conjuntamente e que bom resultado tem dado de respostas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

proximidade às necessidades da comunidade, especialmente numa área absolutamente nevrágica que é a distribuição de água para toda a nossa comunidade, que ainda há muito trabalho a fazer nessa área. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Senhor Vice-Presidente. Tem a palavra os senhores Deputados que pretendam usar da palavra. Nenhum dos senhores Deputados pretende usar da palavra? Não havendo inscrições, iremos passar à votação da alínea e). Podem expressar o vosso voto. -----

Passou-se à votação: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1221-2025 [GAF] - 6.^a Alteração Ao Contrato Interadministrativo Relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Alte no valor de 345 065,53€ (trezentos e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco euros e cinquenta e três cêntimos) nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09; para deliberação; -----

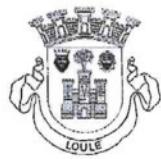
A Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1317-2025 [GELH] - Minuta de Contrato de Compra e Venda - Aquisição de Imóvel Urbano (Armazém) em Propriedade Total com Alvará de Utilização para Serviços, Sito na AEL - Área Empresarial de Loulé; aprovação da minuta da escritura de compra e venda, em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Estamos em condições de passar à alínea f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1317-2025 [GELH] da Ordem de Trabalhos. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Esta Minuta de Contrato, vem na sequência da sessão da Assembleia Municipal realizada a 30 de junho de 2025, em que apreciamos e foi aprovada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aquisição de um armazém, sito na Área Empresarial de Loulé, em que o destino é para os Serviços Municipais de Proteção Civil e para a Polícia Municipal. Dir-me-ão, então, se já está aprovada a despesa, porque é que tem que voltar à Assembleia Municipal? É uma circunstância à semelhança daquilo que se passou com a aquisição das ações da Inframoura, em que a escritura de compra e venda, portanto, a Minuta que vai ser utilizada, para encriturar a aquisição, tem também de ser deliberada e não pode ser deliberada no mesmo momento. Há um primeiro momento aprovação segundo os serviços jurídicos dos municípios. Primeiro, aprova-se a despesa, aprova-se a intenção de compra com base nas avaliações e só a seguir é que é submetida à Assembleia Municipal, a Minuta da Escritura e é precisamente esse o exercício que se faz hoje, é submeter essa Minuta, para que, se possa celebrar a escritura tão breve quanto possível e dotar o município de mais um imóvel importante, nos desígnios da sua Estratégia, a Polícia Municipal. Um dos aspetos mais importantes, é dotarmos de uma capacidade operacional e logística e este armazém, servirá precisamente para esse fim. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Costa, do PS. -----

O Deputado Carlos Costa (PS) tomou a palavra e disse: Aproveitar nesta primeira intervenção para cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Deputados e Deputada, Executivo e quem nos acompanha através das redes sociais. ----- Para Informar, senhor Presidente, que eu estou impedido, fui apanhado aqui desprevenido. Eu estou impedido de discutir e deliberar a este assunto. Vou-me retirar. -----

O Presidente da AML disse: Tomámos nota. Continuam abertas as inscrições. Senhor Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Pronto, realmente este assunto já esteve na Assembleia. Nós já deliberamos, aprovámos. Mas há uma coisa que eu não percebo aqui é que é nos é colocado uma Minuta de Contrato para aprovar, em que a grande parte dos campos não vem preenchido. O que a mim me deixa um bocado de dúvidas se nós estarmos a aprovar Minutas que não veem preenchidas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Julgo que aquilo que eventualmente não terá preenchido pode ser até pelo RGPD. Em todo o caso, naquilo que é o mais relevante a identificação do imóvel, o valor da transação, a identificação do proprietário e a identificação da entidade que adquire estão perfeitamente colocados. Portanto, haverá aqui, eventualmente, alguns elementos que dizem respeito à identificação do particular, que estará naturalmente na Minuta, mas aqui não é colocado. Eventualmente, por esta questão do RGPD, eu francamente não tenho a certeza, julgo que sim. Se agora, no que é absolutamente relevante, que é identificação do imóvel, do valor, que é isso que é o essencial na Minuta e que enfim, que nós temos que garantir que está conforme esses elementos que estão todos aqui devidamente identificados, senhor Deputado. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Realmente será assim, eu não sei que se nós somos uma empresa pública, se fizemos um contrato público. Não percebemos porque é que não está o nome da entidade que nós compramos ou adquirimos o imóvel, não é? -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Peço desculpa, senhor Deputado. A entidade está, é a ADMC Eletromecânica Limitada. Os sócios é que não estão identificados, portanto é apenas o indivíduo que não está identificado na Empresa, portanto, a entidade coletiva está identificada na Minuta. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Manuel Alfredo Coelho, do CHEGA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa. -----

Portanto, para dizer que, eu não sei se é por causa de ser, Deputado substituto, não recebi qualquer documentação, não recebi essa Minuta, não tive acesso. Portanto, não posso os dados, nem de valores, nem de aquisição, nem quem é a entidade, que será a Câmara e, portanto, o eminente vendedor, também desconheço. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado, esta documentação foi enviada juntamente com toda a outra. Se não recebeu, esta, não recebeu a outra. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Pois a pergunta que eu faço é se é por ter sido substituto, não recebi, foi enviado em primeira mão para a Sandra Ribeiro, possivelmente. -----

O **Presidente da AML** disse: Mas paralelamente a isso também lhe foi enviado com o email para si, com o link para ter para ter acesso à Plataforma. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Com o link, é isso, pronto, então é desconhecimento. E porque, como sabe, sou novo nestas andanças. Portanto, para a próxima já deverei vir devidamente documentado. -----

O **Presidente da AML** disse: na documentação que recebeu, para além de estar o link e como não é efetivo, explica como é que entra na plataforma para ter acesso a toda a documentação da sessão. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Exatamente, então assim, se o senhor Vereador puder só dizer qual é o valor em questão da aquisição, gostaria de saber, portanto para não estarmos aqui a votar às cegas, a proposta. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----



Ass. d.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Estimado Deputado Manuel Coelho, não sei se prefere que lhe trato por Deputado Alfredo. Peço desculpa, era o nome que tinha aqui registado. Senhor Deputado Alfredo, o valor da aquisição foi deliberado na Assembleia Ordinária do dia 30 de junho de 2025 e o valor de aquisição do imóvel é de 1.080.000,00 €. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Continuam abertas as inscrições para quem pretender usar da palavra. Não havendo inscrições estaremos em condições de passar à votação da alínea f). Podem exercer o vosso voto. -----

Passou-se à votação: -----

A Proposta foi aprovada maioria, com 31 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 INDEPENDENTE). O Deputado Carlos Costa, do PS, alegou impedimento, não tendo estado presente, nem na apresentação, nem na discussão, nem na votação desta alínea. -----

O Presidente da AML disse: Vamos passar a alínea g) - Proposta da Câmara Municipal de 1246 2025 [DMADS] da Ordem de Trabalhos. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1246-2025 [DMADS]- Aprovar a Aquisição de Prédio Rústico Situado no Lugar de Olivais de Santo António, Freguesia de S. Sebastião, Loulé, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, e da alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, pelo preço de 2.175.000,00€ (dois milhões cento e setenta e cinco mil euros), o imóvel situado em Olivais de Santo António, freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé; para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Portanto o Município de Loulé tomou conhecimento que se encontrava

Até 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

disponível para venda um terreno, um prédio rústico para melhor definir a localização, aos senhores deputados aqui presentes e a quem nos assiste a partir das redes digitais, trata-se do terreno, onde se realiza o Mercado de Sábado de Loulé, designadamente de têxtil e, portanto, este terreno está, enfim, atendendo à localização e enquadramento urbanístico, enquadrado dentro de vários objetivos estratégicos do município que estão descritos dentro da proposta. Mas já agora vou sistematizar. Estamos a falar de um terreno com cerca de 34.000 metros quadrados, portanto é superior a três hectares, que tem capacidade edificativa para equipamentos, designadamente para uma escola. Está identificado que a intenção do município, portanto, ele fica confinante com a Escola Hortas de Santo António II e como na Carta Educativa que ainda ontem tivemos aqui o privilégio de assistir à sua apresentação e foi aprovada por unanimidade. Estamos a falar de várias escolas que são necessárias e aqui em Loulé, designadamente em São Sebastião. Este terreno permitirá também essa ampliação. Ele é um terreno que também tem capacidade educativa no âmbito da Estratégia Local de Habitação. No preâmbulo inicial da Proposta, há uma contextualização da evolução do número de alunos das necessidades de habitação. Mas, portanto, eu, como creio que todos tiveram oportunidade de ler, abstenho-me de sistematizar essa informação. Portanto, para além de ter a capacidade de servir para escolas que tanta falta faz no município, de acordo com a carta aprovada ontem, também tem a capacidade de ser construída. A habitação tem uma capacidade de fazer aqui um percurso temático, designadamente numa parte do terreno que, sem capacidade construtiva, isto tem ali umas espécies arbóreas com centenas de anos e, portanto, um percurso pedestre dentro da área da natureza também é possível de desenvolver neste terreno. E depois também é possível fazer um alargamento do troço da Estrada Nacional 270, uma área que todos nós sabemos em direção à Nossa Senhora da Piedade, que é necessário intervir no alargamento daquela via, na penalização, na humanização daquele espaço. E este terreno também tem essa virtude de poder servir esse propósito. E como tal, já agora, também não está elencado na proposta, mas gostaria aqui de salientar, que este é um terreno também que tem um enorme potencial no que diz respeito a estacionamento periférico e, portanto, aquilo que é a intenção do município não é só responder a estas necessidades aqui identificadas. É que no âmbito da construção de qualquer edifício, nós temos que obedecer à Portaria, no que diz respeito aos lugares de estacionamento. Aqui a ambição é colocar muito mais estacionamentos do que aquilo que os equipamentos necessitam, de maneira a adotar também esta área de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estacionamento adicional na periferia da cidade de Loulé, bem perto do centro da cidade e das suas áreas comerciais e de serviços. E no que diz respeito à estratégia de desenho da mobilidade da cidade de Loulé, o estacionamento periférico a sul é fundamental. Este é um local que estava identificado com esse potencial e, portanto, nós trazemos a esta Assembleia a aprovação ou a deliberação da aprovação da aquisição deste terreno com todas as valências que acabei de elencar. Disponível para esclarecimentos, se for necessário. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Independente, Ana Poeta. -----

A Deputada **Ana Poeta (IND)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimenta todos os presentes e a quem nos assiste lá em casa. --- Tenho uma pequena questão, uma vez que este Executivo já tem um historial de alteração de espaços de Feiras e de Mercados e eu gostava de saber por onde é que será relocalizado o mercado têxtil que se faz lá ao fim de semana? Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me na sua pessoa cumprimentar os presentes e quem nos assiste lá em casa. -----

A pergunta propriamente que tinha para fazer já foi feita. No entanto, queria dizer que o voto da bancada vai ser favorável e de facto ficamos com agrado que haja intenção de fazer mais estacionamentos do que os devidos, uma vez que nas Hortas II, o meu ponto de vista é que não há um. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado. Vamos outra vez aqui sobre este assunto, queria dizer sobre isto é que, embora concordemos com a aquisição do terreno rústico, localizado na freguesia de São Sebastião, temos algumas considerações a tecer e esclarecimentos a solicitar. A primeira é o preço do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

terreno rústico no valor de 2.175.000,00 €, se em comparação com o PDM em vigor tem alguma capacidade construtiva que justifique o valor da aquisição? ----- Depois o objetivo da compra, segundo o que nos é relatado, para o terreno, com cerca de 34.000 metros quadrados, para e cito “*construção de uma Escola Básica de São Sebastião*”, destinada aos níveis de ensino Pré-Escolar e Primeiro Ciclo. ----- A pergunta que faço é quantas salas e qual é a área necessária? Depois porquê? Porque a seguir e cito “*também, pode servir para a construção de alguma habitação*” Alguma? Quantos fogos? Um, Dois, Três? Dez? Meia dúzia.? Eu sei que o senhor Fernando Santos, está muito a par dos projetos da Câmara, mas não acho, acho que ele, na vereação é que deve se pronunciar. ----- Também servir para a construção de alguma habitação, quantos fogos relembrar-se nesta freguesia não existe uma única habitação pública municipal, nem programa em curso para além de 7 fogos em reabilitação. O que está previsto é pouco e está condicionado, porque diz, se o projeto de execução da referida escola assim o permitir. Portanto, há aqui uma série de condicionantes que gostaríamos que fossem explicadas. Bom, ainda diz que é para a promoção ambiental através da instalação de um percurso temático onde existem muitas oliveiras com mais de 100 anos, o que é realmente uma coisa que é evidente, mas também para o alargamento eventual a zona do troço da EN 270 entre o Convento de Santo António até ao início da subida para a Ermida da Nossa da Piedade. Portanto, este terreno para mim, gostaria que fosse explicado concretamente porque, parece-me que aqui a aquisição da compra do terreno, não é praticamente para resolver os problemas que a freguesia necessita neste momento é que é urgente. Portanto, como aliás este assunto foi apresentado aqui na Sessão de ontem, circular, embora o senhor Presidente da Câmara não concorde porque não anda a pé e devia de andar a circular naquela estrada a pé, é perigoso, altamente perigoso, em especial entre os acessos poente e nascente da Mãe Soberana. Justifica-se outro tipo de intervenção que promova a segurança das pessoas, o que passa necessariamente pelo alargamento da via nos dois lados e não uma solução pensada para a Festa da Mãe Soberana. Porque o que realmente me parece que está. Fico por aqui, pois tenho outras questões que depende das respostas que forem dadas. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Continuam abertas inscrições para quem pretender usar a palavra. O senhor Deputado Manuel Alfredo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Coelho, do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Mas por vezes é estranho, mas como sabem, os extremos tocam-se. Eu tenho exatamente as mesmas dúvidas do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, algumas dúvidas. Quero dizer que, portanto, não vamos votar contra, como é óbvio, penso que o negócio poderá ser um bom negócio, mas no mínimo, para quem tem muitos terrenos rústicos e são milhares de terrenos rústicos no concelho de Loulé, em que o PDM é lesativo e que não deixa fazer uma habitação condigna para os filhos de Loulé. Para os filhos das pessoas que vivem nas diversas freguesias de Loulé, em que os terrenos estão abandonados, não têm valores, não têm valor patrimonial justo. também dizer que muitos deles são utilizados, como sabem, para construir barracas que estão a tornar aquilo que é uma *bidonville*. Portanto, isto é preciso dizer aqui na Assembleia, sem problemas nenhuns. Nós estamos cá de frente para dizer isso. A bancada do CHEGA, portanto, e depois, quando a Câmara de Loulé compra este terreno e muito bem, portanto, em termos de tempo a médio prazo, possivelmente é um investimento fantástico. Mas ressalvo aqui, para que toda a gente saiba e especialmente quem assiste lá em casa, porque há pessoas que estão a seguir lá em casa. Portanto, há o seguinte são 640 € por metro quadrado de um terreno rústico em que não há certezas quanto àquilo que vai ser lá construído ou se pode ou não ser construído. São 640 € por metro quadrado. Portanto, a minha família, e eu tenho dois ou três, a minha mãe tem alguns terrenos, se pagassem só que fosse a 20 € o metro quadrado. Quer dizer, nós vendíamos e também é uma coisa. Portanto, eu também não posso ser contra defender, por exemplo, São Sebastião. Por um lado, isto é para fazer, portanto, benefício em São Sebastião. E ainda bem que é São Sebastião também, se fosse outro lado também estaria cá a concordar com isso. Mas para dizer que poderiam procurar outros terrenos. Portanto, eu acho que acho que a Câmara de Loulé tem insistindo, o PDM ainda é pior. E a Câmara quer fazer a obra. Portanto mostra com isto quer fazer obra, mas é assim, ainda estão a agrupar mais, a condicionar mais a cidade, portanto têm acessos, portanto estão a colocar as pessoas todas juntas. Eu fui nascido e criado aqui, cheguei a vir de carro de besta aqui a pé, com o meu avô e é assim, quando eu vinha lá em cima, não havia nenhuns prédios altos. Agora esta parte aqui da entrada aqui do lado de Boliqueime para a EN 170 para Loulé. Portanto já aparece, quer dizer. E depois o resto das freguesias estão completamente ao abandono. Portanto, eu gostaria realmente, nós vamos aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

portanto ter a nossa votação. Vamos, portanto, ver qual é o sentido de voto. Mas apelar realmente se a Câmara neste caso, pode interferir com o terreno, porque são instalações, que vão trazer qualidade, que vão trazer a inovação, que vão trazer benefícios para a população. Façam o mesmo para os outros terrenos, tentem investir fora do perímetro urbano do centro de Loulé. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado. João Ferreira, do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os presentes e lá em casa. -----

Ao senhor Vice-Presidente, David Pimentel, gostava de lhe fazer só uma pergunta, que esclarecesse aqui e de certeza que sabe se não é este assunto não estava aqui a ser falado. Segundo o Plano Diretor Municipal em vigor, qual é a classificação do solo? Disse. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhora Deputada Maria João Carapeto, do Partido Socialista, tem a palavra. -----

A Deputada **Maria João Carapeto (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Os meus cumprimentos e na sua pessoa, cumprimento o Executivo, e cumprimento a todos, às bancadas, aos deputados e ao público que nos assiste aqui e lá em casa. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Alfredo Coelho, tenho duas coisas a dizer, primeiro, penso que para a Câmara trazer aqui esta Proposta, foram feitas avaliações e foram feitas prospeções sobre o que é que poderia ou não ser feito naquele terreno. Depois, relativamente ao preço dos terrenos da sua família, a 20 € que comprava uma coisa, são terrenos em Loulé à entrada de Loulé que têm um preço completamente diferente de um preço na Serra. Muito obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Deputado. Senhor Deputado Analídio Ponte, do Partido Socialista, tem a palavra. -----

O Deputado Analídio Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Boa noite, na sua pessoa, cumprimento a Mesa, o Executivo, na pessoa do seu Vice-Presidente, os membros das diferentes bancadas aqui presentes, o público lá em casa. -----

Sobre este terreno, logicamente que a Câmara está a investir para futuro. Passava a guarda porque havia interesses de entidades promotoras e imobiliárias que compra aquele terreno e em boa hora chegou-se à frente e obstou a que isso acontecesse. Não podemos esquecer que aquele terreno está numa zona de proteção do Património Religioso histórico, é o caso do Convento de Santo António, que está a menos de 50 metros e o mesmo com a capela, o Santuário da Mãe Soberana. ----- Por outro lado, tem ali aquela zona a proteger da ribeira, que é aí que está previsto fazer um pequeno percurso pedonal pela Ribeira, digo eu. Sobre o projeto não sei exatamente, mas penso que estamos aqui a discutir. Se calhar o não assunto ainda, mas para além da escola que é necessário, eu penso que além de ser bom para São Sebastião, é um terreno sobretudo ótimo para a cidade de Loulé, que não tem um espaço plano para ter um centro, um espaço multiusos. Não temos um espaço para uma Feira, para um Mercado, para uma Exposição, uma Associação de Estudantes que queira fazer um evento. Não há um espaço que se possa dizer condigno com estacionamento. Eu acho que devia ser repensado aquilo que está previsto, se bem que logicamente não está decidido nada. Mas já que estamos todos a falar, o que é que se devia fazer antes de adquirir o terreno? Também como Presidente da Junta de São Sebastião, acho que tenho de dar também a minha opinião e penso que esta parte não seja descurada. Tenho dito. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado António Martins, do Partido Socialista. -----

O Deputado António Martins (**Presidente da Junta de Freguesia de Alte**) tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e a quem nos acompanha lá em casa. -----

Também pedi a palavra só para fazer uma pequena correção, porque se eu ouvi bem, há uma informação incorreta que vai passar para toda a gente, inclusive para o público lá de fora. E vou fazer uma pergunta se o senhor Vice-Presidente me poder responder, disse que eram 34.000 metros quadrados, o terreno certo? -----

Assinatura
A.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: 3989. -----

O Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte) disse: Muito obrigado, 3989, já não vou corrigir coisa nenhuma. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Deputado Manuel Alfredo Coelho, do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Só, portanto, a resposta, a senhora Deputada Maria João, muito bem, tem a opinião dela e vale o que vale. A minha, vale o que vale também. Eu vou manter o seguinte é só chamar a atenção para o seguinte, portanto, nós consideramos que o investimento poderá ser um bom investimento. No entanto, o preço é exorbitante para dizer que é 21 vezes o preço que é pago para o mesmo tipo de terreno urbano, que nos foi apresentado. Portanto, e aqui o senhor deputado do PSD também questionou o que é que está lá neste momento? Qual é a especialidade daquele terreno? É isso que queremos saber para podermos votar em consciência. Portanto, são 21 vezes o preço. E depois? Aqui, portanto, o meu também conterrâneo, Analídio Ponte, Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião, dizer o seguinte. Muito bem, é interesse da Câmara para desenvolver São Sebastião, etc, etc. Perguntem então, por exemplo em Vale Judeu, para o Centro de Dia, temos andado dezenas de anos para arranjar terrenos e a Câmara de Loulé não manifestou o mesmo interesse perante isso, porque deixou vender um terreno onde neste momento está instalada, uma casa pré-fabricada com aquele terreno, foi vendido a 30 € o metro quadrado. E sim, há no miolo de uma povoação. Onde é que está o interesse? O interesse é só para um lado, não é para o outro também. -----

Dizer, por exemplo, o terreno frente à Sociedade Recreativa de Vale Judeu, um terreno que esteve, portanto, que poderia ter sido comprado também durante anos, não é este, não é agora. Portanto, aqui não estou dirigindo diretamente aqui para o senhor Vereador, mas o Executivo, o mesmo executivo. Mas há anos atrás, o Estado, perante as situações que são situações para o desenvolvimento do concelho. Portanto, estas compras destes terrenos, quanto a nós, portanto são um bem, sendo bem abalizadas em termos de preço e daquilo que se poderá lá construir e de comprar. Mas os critérios têm de ser iguais para todo o concelho, para todas as áreas e para as diferentes freguesias. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Eu vou dar a palavra ao senhor Vice-Presidente, apesar de haver mais inscrições, porque algumas das questões podem ser desde já esclarecidas. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, até porque eu creio que enfim, eu chamaria a atenção dos senhores deputados, se me permitirem, e com todo o respeito, que há várias questões que foram aqui colocadas, que estão respondidas nos documentos que estão apensos à Proposta na plataforma da Sessão da Assembleia. Toda a documentação relevante está apensa e que responde, creio eu, à quase globalidade das questões, se não a todas. Designadamente agora, sobre a tipologia do terreno, qual é a classificação do solo? Qual é a parte urbanizada e não urbanizada? Por ordem das intervenções, vê se eu consigo ajudar a esclarecer, senhora Deputado Ana Poeta, a questão absolutamente pertinente. O que lhe posso dizer até dia 12 de outubro, que é enquanto este Executivo Municipal aqui tiver aquele espaço, pode perfeitamente manter a atividade do mercado tal qual como ele existe à data. Vou dar um exemplo, este Executivo Municipal adquiriu o terreno do Mercado das quartas feiras em Quarteira com a intenção de manter lá o mercado, mas criar um estacionamento subterrâneo, para dignificar como um espaço de descompressão urbanística, parte superior com uma área verde e permitir que o mercado de lá se mantenha. Não posso fazer futurologia porque dependerá do próximo Executivo municipal e a intenção é que o mercado possa continuar a desenvolver se no mesmo local que é próximo do centro da cidade. Contamina positivamente aquilo que é o irradiar do comércio e dos serviços, e qualquer Executivo que tenha o privilégio de aqui estar, vai considerar que o mercado deve estar muito próximo do coração da cidade de Loulé e este é um terreno que serve esse propósito. -----

Em relação ao Deputado Hélder Faísca, pois creio que a questão haveria de ser sobre o estacionamento, e fez bem em sinalizar. Por acaso eu na intervenção, também o disse e reforcei a cada vez mais, as áreas urbanas do concelho de Loulé têm que ter projetos, em que os equipamentos ou a edificação pública tem que superar aquilo que é. Os rácios de obrigatoriedade das portarias em relação ao estacionamento que temos cada vez mais viaturas e temos necessidade de reforçar o estacionamento e a intenção, mais uma vez fica no ar. É uma decisão que depende do próximo Executivo Municipal, mas efetivamente a intenção é reforçar o estacionamento nesta área, que

*Atto de
J.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

é um estacionamento periférico. Muito do trânsito que entra dentro da cidade de Loulé a sul, e ali há um estacionamento muito importante, além daquele também que foi criado ali na parte próxima da rotunda, designadamente em cima do LIDL. -----

Sobre o senhor Deputado Carlos Martins, das considerações, perguntou se sobre o valor da proposta de 2.175.000 €, ela insere-se dentro de duas avaliações que estão aí também anexadas na Proposta. O valor da proposta que o município pode fazer é de até a média das duas avaliações. Portanto, a proposta é inferior a essa média. Pergunta sobre a capacidade construtiva do PDM atual, eu já lá regresso a essa questão, até porque foi aqui várias vezes elencada e, portanto, o senhor pergunta sobre a escola, quantas salas, quanta área é necessária de construção para a escola, quantos fogos poderemos fazer de habitação? E o que é que eu lhe diria? -----

Este Executivo não está na capacidade de bloquear uma aquisição, definindo qual é o projeto futuro que ali vai acontecer. Creio eu que até humildemente, faz sentido. E é ético que nós, adquirindo um terreno que é estratégico por ter várias valências. Aliás, eu esqueci-me também de referir, mas ele confina com outro terreno que o município já adquiriu naquela área e, portanto, acabamos por ter um terreno confinante. Também é uma mais valia nesta aquisição, porque amplia a área para além dos 33.989 metros quadrados. Muito obrigado, senhor Deputado, porque é verdade que os números têm que ser precisos e a informação tem que ser rigorosa. E agradeço-lhe essa nota. Mas voltando, eu creio que o fundamental é dizermos que este terreno tem estas valências. Quem vier a seguir poderá projetar ter mais salas de aulas e eventualmente, menos habitação ou mais habitação e menos salas de aulas e procurando fazer escolas noutro local. Mas também temos aqui a vantagem de ter uma escola que é confinante e que está ao lado deste terreno. E conforme o senhor Deputado Hélder Faísca disse, é importante reforçar o estacionamento, até porque a própria escola veio pressionar bastante o estacionamento naquela área. Mais uma resposta aqui. Importante, portanto, é para manter lá o mercado tanto quanto até ao dia 12 de outubro, é a nossa intenção. O estacionamento é para ser reforçado, permite equipamentos escolares, habitação. A padronização foi aqui referida. Efetivamente, aquela estrada é perigosíssima, não só na nossa celebração religiosa mor da Mãe Soberana, mas naquilo que é a circulação rodoviária à circulação pedonal. A circulação ciclável daquela área, portanto, tem que ser otimizada e este terreno permitirá rapidamente ao município resolver esta questão. -----

Senhor Deputado Alfredo Coelho, você pergunta qual é a área de construção que é rústico e começou a fazer comparação com valores. Eu chamava a atenção para



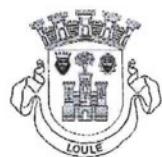
A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. J. Ferreira'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

verem que nos relatórios de avaliação está lá. Portanto, a classificação do solo é de 8772 metros quadrados para espaços urbanizadas de expansão. Portanto, são 25,81% do espaço deste terreno e para espaço para aglomerados urbanos tipo A. Portanto, que permita a edificação significativa da habitação, são 3853 metros quadrados, com 11,34% do total deste terreno. Portanto, não se pode olhar como uma finalidade apenas rústica, porque ele tem essas duas valências. A área total do terreno, de facto, já o disse. A área para aglomerados urbanos, tipo os tais 3853 metros quadrados. Esta informação basta ler e está lá. A expansão do tipo A é de 8772 metros quadrados e a área bruta de construção são um total de 7.083,76 metros quadrados, com a capacidade de, na área de habitação, ter 6021 metros quadrados de área de construção com uma cave de aproximadamente 1500 metros quadrados. Toda esta informação está ali e, obviamente, os valores não são propostos pelo município, em função dos relatórios de avaliação. Esta informação está aí. Portanto, parece-me que colocar a questão como é que nós vamos votar algo que não sabemos? A informação está disponível. É preciso vê-la e perceber que os Relatórios de Avaliação, fundamentam a maior parte das respostas que foram das questões, aliás, que foram aqui colocadas. -----

Eu daria aqui como nota, eu já disse, parece que só estamos a adquirir terrenos ou só estamos a adquirir este terreno. Muito recentemente veio outro terreno estratégico em Loulé que já está neste momento previsto o Tribunal de Contas a aguardar esse visto que é o terreno aqui a Norte da cidade de Loulé. Mais uma vez numa lógica da periferia de acesso a zona urbana ou ao pé da estação do Terminal Rodoviário do valor de 1.250.000 € e o município também o adquiriu. Acabei de falar do terreno do mercado das quartas feiras em Quarteira, um terreno importantíssimo de descompressão urbanística, também adquirido recentemente. Eu não me recordo de memória do valor, mas há várias aquisições na Tôr. Adquirimos um terreno para habitação em Boliqueime, adquirimos outra área, precisamente para habitação, portanto há várias compras. Podem dizer que efetivamente temos que acelerar naquilo que é dotar o município de terrenos para as necessidades que temos. É verdade, tanto para habitação como para os equipamentos sociais, mais equipamentos educativos. E é isso estamos a fazer aqui conjuntamente. Este terreno está bem localizado e próximo da malha urbana da cidade de Loulé e, portanto, em relação às questões, Senhor João Ferreira, de facto perguntou e bem, a classificação do solo e agradeço-lhe a questão porque permitiu aqui esclarecer que essa informação está nos relatórios de avaliação e creio que as comparações dos valores com outros terrenos. Enfim, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assinatura
não podemos comparar um terreno na periferia da malha urbana da cidade Loulé, com um terreno, eventualmente noutras freguesias ou noutras localidades do concelho. E depois temos que nos aperceber que efetivamente o terreno rústico tem capacidade construtiva e aí os valores são substancialmente diferentes. Eu espero ter ajudado a esclarecer as questões. Enfim, se houver mais alguma questão naturalmente disponível para esclarecer. Obrigado, senhor Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD. -----

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes aqui e lá em casa. ----- Em relação a estes documentos que tivemos acesso relativamente a este terreno, fiquei aqui, creio eu, pelo menos não está elucidado e gostaríamos de ser elucidados se já foi solicitado, porque é necessário ser solicitado e existem aqui nos documentos essa situação o parecer ao Tribunal de Contas. Portanto, em que estado é que está esse Parecer, se ele já foi emitido ou se está em curso atualmente ou se já foi dado parecer favorável em relação a essa circunstância. Dissemos aqui que somos favoráveis a aquisição do terreno e é sem dúvida um terreno que consideramos importante no eixo, digamos, poente da freguesia de São Sebastião. É, sem dúvida, um terreno que nos dá a possibilidade de fazer crescer a freguesia de São Sebastião para uma zona que, indubitavelmente é das mais nobres da freguesia, até porque dá acesso ao Santuário que nós próprios também já defendemos aqui, que deveria de ser mais, digamos, amplificado na sua utilização e como tal, gostaríamos de que fosse ao lado e considerado algumas propostas que temos para esse terreno, nomeadamente a questão de um acesso com arvoredo e com alguma possibilidade de colocar um jardim à imagem do Largo de São Francisco, com um local para refeições ligeiras, de maneira a podermos de alguma forma dar alguma qualidade a esses mesmos peregrinos que podem visitar o Santuário da Mãe Soberana no acesso da cidade até ao Santuário. Ou seja, conectar mais o Santuário à cidade e acautelar isso através desse jardim e dessa área que deveria de ser um pouco, digamos, mais nobre. Uma Avenida com alguma nobreza a ter, a ter aqui a possibilidade, portanto, de abrir uma rua no limite do terreno. Portanto, isso certamente está acautelado e existe. -----

Existem projetos ali para uma rotunda ali junto ao Convento, ser aberta uma rua que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

é sem dúvida uma valência que é importante no sentido, digamos, em direção a sul, digamos assim, a sul, nascente. -----

Portanto, era isso que gostaríamos de acautelar, obviamente, sempre com o foco na possibilidade de podermos tirar o máximo partido do Santuário da Nossa Senhora da Piedade. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: As questões que eu coloquei era para poder definir em relação aos objetivos para aquele terreno. Portanto, ainda ontem aprovámos aqui uma Carta Educativa e, segundo aquela Carta Educativa para São Sebastião, prevê um Pré-Escolar com 750 metros quadrados, um Primeiro Ciclo com 1000 metros quadrados, portanto, que se depreende que serão 1750 metros quadrados de construção que serão encaixados neste terreno que agora vão comprar. Portanto, o que me preocupa é que com tanta necessidade de habitação, será? Acho que é importante conjugar este equipamento agregado à habitação, porque senão continuamos a ter professores, mas não temos casas para os professores e vice-versa. -----

E, sobre o PDM, bem, eu tive a ver os dois avaliadores e por acaso eles têm retóricas diferentes. Um diz que, segundo os índices com base nos índices urbanísticos fornecidos pela Câmara, não há aqui nenhuma informação técnica do Gabinete de Planeamento a dizer sobre este terreno. Onde é que se insere? Da equipa técnica da Divisão do senhor Carlos Neves. Dizer que esta área é profundamente agrícola, portanto, são cerca de 20 e tal metros quadrados agrícolas. E o resto será a expansão urbana, de acordo com o PDM, já está caducado porque no Urbanismo já não se pode fazer nada, só quando for feita a Revisão do PDM. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado António Martins, do Partido Socialista, tem a palavra. -----

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas fazer a tal correção de há bocado, quando o senhor Vice-Presidente disse realmente a dimensão do terreno e que andamos aqui à parte desta discussão, cai por terra. Falou se aqui em 630 € o metro quadrado, na verdade, se a dimensão é que o Senhor Vice-Presidente disse, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

valor do metro quadrado é 63 € e não 630. É só fazer as contas. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado João Ferreira, do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado João Ferreira (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Como é óbvio, não me compete defender o Executivo, mas deixe-me falar aqui de uma situação. O que os dados que temos e os dados que à partida não vamos pôr em causa, porque os dados que estão ali espero que sejam tirados do PDM, não me passa pela cabeça outra situação nem não estariámos a falar de uma situação grave, mas as contas que eu vejo ali é a 7 € o metro quadrado, a parte rústica que segundo as avaliações que eu tenho conhecimento, vai entre os 5 e os 10 €. Portanto, parece-me perfeitamente normal. E os 145 para 6000 metros quadrados de construção? Tudo bem. Agora também é verdade, e foi levantada aqui a situação que eu não sei ainda porque não há projetos ainda. Se no privado é assim, no público também deve ser tomado em consideração o seguinte, se temos 6000 metros de viabilidade e o terreno é comprado porque tem essa viabilidade dos 6000 metros, seria um crime económico não usar quase até ao limite a área de construção. Portanto, eu vi aqui, muito menos metros quadrados do que a viabilidade do terreno. Portanto, eu não espero outra coisa se não ser consumido, vá, desculpem o termo, os 6000 e tal metros em construção, seja em habitação, seja no que for. Mas de qualquer forma, já agora, se puderem esclarecer se pensam usar o índice máximo de construção, porque aí é que está o valor. Disse. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Vice-Presidente, David Pimentel tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, estimado Deputado Victor Coelho, a questão que colocou sobre o Parecer do Tribunal de Contas, não é prévio. A primeira questão é o município ou órgão? Câmara e Assembleia Municipal deliberam sobre o investimento, neste caso a despesa para a aquisição de um terreno. Após esse momento é de facto a tal Minuta de compra e venda para a aprovação da Assembleia, e essa Minuta que é enviada para o Tribunal de Contas, em que toda a documentação de suporte que é as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

avaliações, o ofício que foi feito da Câmara com a proposta de aquisição, a carta de aceitação, os registos contabilísticos, portanto a respetiva cabimentação, a Caderneta Predial, o Registo Predial e toda esta documentação é enviada para o Tribunal de Contas. Mas é uma fase subsequente, não é neste momento e, portanto, queria só prestar esse esclarecimento, até porque é pertinente e provavelmente era uma dúvida também que outras pessoas teriam sobre as considerações que colocou, são propostas interessantes. -----

Quando refere aqui sobre a questão do jardim, das refeições ligeiras, na própria proposta está elencado um dos eixos estratégicos que é de facto o reforço e a salvaguarda das estruturas verdes urbanas e biodiversidade. E eu queria também referir que um dos objetivos, era de facto um Percurso Temático dentro da zona próximo destas espécies arbóreas e faz todo o sentido conectar com o Turismo Religioso e aquilo que é a celebração religiosa da nossa comunidade neste terreno, e ele pode casar perfeitamente. É uma proposta perfeitamente enquadrável. -----

Para além da questão da rotunda que mencionou, o senhor Deputado Carlos Martins, também agradecer naturalmente a questão. Na Carta Educativa está de facto um Pré-Escolar e um Primeiro Ciclo para a freguesia, num total de 1750 metros quadrados, mas o Executivo Municipal que vier a seguir, porque nós nunca vamos conseguir consolidar uma decisão de qual é o projeto que queremos implementar, quer para a educação, quer para a habitação. Neste local pode haver um Executivo que diga, eu aqui quero fazer de facto só um Primeiro Ciclo e não quero fazer um Pré-Escolar, porque tenho um terreno noutra área que me interessa mais fazer um Pré-Escolar e não quero concentrar toda a necessidade de educação, de equipamento, de educação na freguesia de São Sebastião. Neste terreno quero dispersar e quero aproveitar a construção remanescente para habitação. -----

E obviamente, e respondendo também aqui à questão que foi colocada ou o comentário que foi feito pelo senhor Deputado João Ferreira. É óbvio que quem quer que seja que tenha o privilégio de estar nesta casa, quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal, vão querer dotar-se do máximo de viabilidade construtiva para aquele espaço. Não tenho a menor dúvida com as necessidades que esta que este concelho tem e em particular aqui, a cidade de Loulé vai ser esgotadíssimo. A capacidade construtiva dos 6000 metros quadrados agora não é. Não deve ser este Executivo a vincular numa Assembleia Municipal, quantos metros de construção será para cada uma das finalidades? Porque compete a estratégia e a gestão que a partir de 12 de outubro cá estará. Por isso é que, de facto e em nenhum momento, se forem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature in blue ink]

a ver terrenos adquiridos anteriormente, se vincula, define se quais são as finalidades que se querem satisfazer, porque é uma. Aliás, até o próprio Tribunal de Contas questiona, caso não esteja elencado na proposta, quais são as finalidades que o município quer salvaguardar com aquela aquisição. Mas em momento nenhum. E corrijam me se estou errado, porque de facto só tenho em memória dos últimos quatro anos anterior a esse momento. Eu não tenho memória, mas eu creio e não quero dizer sobre, enfim, compromisso de honra. Mas creio que com toda a franqueza que em momento nenhum se comprou um terreno dizendo que já há aqui um projeto para fazer X metros quadrados de construção, a intenção de construir habitação. Isto de construir equipamentos sociais e equipamentos escolares. Mas o projeto depois, em fase de desenvolvimento do projeto, é que é afinado esse detalhe. E mesmo ao longo do projeto pode sofrer alterações, porque, enfim, se calhar uma escola estava projetada em 2016 para ter menos salas e se calhar em 2018, se ainda tivessem a desenvolver esse projeto, podiam ampliar porque havia um crescimento da demografia. Conforme o professor Júlio ontem apresentou na Assembleia, durante alguns anos, no concelho de Loulé, houve uma regressão demográfica. É uma regressão do número de alunos e, portanto, não havia necessidade, se calhar, de reforçar com muitas salas de aulas. E passado dois anos, esta dinâmica mudou e portanto, as dinâmicas como são assim mesmo, compete a quem cá tiver a capacidade de adaptar a área de construção plausível em função daquilo que necessita. E é óbvio que aqui o que posso-vos dizer é que o proprietário deste terreno fez um levantamento topográfico e rigoroso e sei que foi validada depois pelo Departamento de Planeamento e Administração do Território, porque efetivamente o PDM tem uma nuance. Eu peço desculpa, não sou especialista em gestão do território, em que as linhas podem ter até 25 metros de diferença e esse tipo de aferição é feito para ter a certeza onde é que são esses tais, essa linha bate, onde? Para quando é avaliado o terreno a ser avaliado precisamente já com alguns contributos do Departamento do Urbanismo. É que esse trabalho foi feito e é o que posso também informar aqui à Assembleia. Muito obrigado, senhor Presidente, até porque esgotei o meu tempo.

O Presidente da AML disse: Muito obrigado nós. O Partido Socialista acabou de lhe dar dez minutos e não havendo inscrições, iremos passar à votação da alínea g) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 1246-2025 [DMADS].**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se à votação; -----

A Proposta foi **aprovada maioria**, com 34 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 1 abstenção (IND). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1283-2025 [DACEC] - Aprovar e Submeter a Assembleia Municipal o Relatório Voluntário Local: Loulé Rumo a 2030; para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Pelo Executivo foi solicitada a retirada da alínea h) relativa ao Relatório Voluntário Local para conferir mais tempo para eventuais propostas ou sugestões dos Grupos Municipais e Deputados. Como sabem, esta documentação foi enviada mal foi recebida, está do vosso lado. A Conferência de Representantes não levantou questões relativamente à retirada da Proposta, pelo que pergunto se algum dos deputados quiser usar da palavra sobre este assunto? Simultaneamente, o Executivo propôs a data de 12 de agosto, para a apresentação das sugestões e propostas que entenderem a fazer chegar sobre esta matéria. Alguém se opõe à retirada da Proposta? -----

A Proposta foi **retirada da Ordem de Trabalhos, a pedido do Executivo**. -----
Vamos passar à alínea i) da Ordem de Trabalhos para conhecimento. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1160-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (2024); para conhecimento; -----

O Presidente da AML disse: Sendo assim, passaremos a alínea i). Tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias. -----

A Vereadora Marilyn Zacarias tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimenta todos os presentes e a quem não escuta em casa esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

noite. -----

Trazemos mais uma vez o nosso Plano de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas 2024 vem para conhecimento e trazemos aqui uma apresentação para facilitar a interpretação do trabalho que se realizou durante o ano. Nós vamos disponibilizar também esta apresentação seguidamente à mesa e depois será entregue a todos os deputados, se assim o entenderem. -----

Portanto, o enquadramento do Plano e Administração Pública visa a prossecução do interesse público, procurando satisfazer as necessidades coletivas nos âmbitos da saúde, da segurança, da justiça, entre outros, com respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos e das cidadãs. As necessidades de reforçar a prevenção e o combate da corrupção em Portugal levou à criação do MEC. Portanto, o MEC é o mecanismo nacional de anticorrupção, que tem por missão promover a transparência e a integração da integridade na ação pública e garantir efetivamente a efetividade das políticas de prevenção da corrupção e das infrações conexas. -----

O Regime Geral de Prevenção da Corrupção é aplicável aos serviços e às pessoas coletivas da administração direta e Indireta do Estado, das Regiões Autónomas, das Autarquias Locais e do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores. Isto é importante. Às vezes não se considera o Plano, mas mesmo a partir de 50 trabalhadores é obrigatório termos o Plano em vigor. -----

O panorama da corrupção, do cumprimento do normativo da Câmara Municipal de Loulé, inclui o Plano de Prevenção da Corrupção, com avaliações periódicas, revisões, a revisão sempre que necessário e a divulgação interna e comunicação do homem, conforme a Lei o prevê. E complementando com o Código de conduta, formação e canal de denúncias. -----

O Plano de Prevenção da Corrupção, é um instrumento de trabalho dinâmico para todos, para todos e para todas, que prossegue o interesse público e desenvolve as suas funções nas áreas de atividades da Câmara Municipal de Loulé. -----

O Plano de Prevenção da Corrupção está na sua terceira versão, aprovada em reunião de Câmara de 16 de dezembro de 2020, é aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal e na Sessão Extraordinária de 1 de março de 2021. -----

O Plano de Prevenção da Corrupção, aprovado em 2020, mantém-se para o ano de 2024, sem alterações. Foram realizadas 20 ações de formação que contemplou 403 formandos e entre os anos de 2018 e 2024, tivemos seis ações de formação, 135 formandos que promovem a implementação e consequente monitorização do Plano. O Código de Conduta, o Plano de Prevenção da Corrupção e os restantes documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

encontram se disponíveis no site da Câmara e na Intranet, à qual têm acesso os nossos trabalhadores. As áreas de risco de identificação para o Plano na nossa autarquia está na área. -----

Nas áreas da administração, da Gestão de Pessoas, da Gestão Financeira e Patrimonial da contratação pública, urbanismo, Edificação e Planeamento no apoios municipais e parcerias na fiscalização e contraordenação, Obras Municipais, Proteção Civil, Socorro e Segurança, Ambiente, Higiene Pública, Gestão, Infraestruturas, Tecnologia e Administração, Eletrónica e Gestão de Frotas. -----

No quadro que se segue, o Plano de Corrupção identificou 123 riscos, com 289 medidas. Neste gráfico podemos ver o número de riscos e o número de medidas. Estes riscos e estas medidas são atingidos. Eles advêm de reuniões tidas com os dirigentes e são eles que nos deram em conjunto com a nossa equipa. -----

De salientar que este Plano, como é do vosso conhecimento, decorre através do nosso Gabinete de Auditoria e Qualidade e das nossas reuniões que decorrem e são eles os dirigentes em conjunto connosco que chegámos. Quais são os riscos e quais são as medidas propostas para combatermos aqui o máximo possível? As Medidas de Anticorrupção, a metodologia de avaliação advém da análise das matrizes. A monitorização e portanto, temos entre elas a avaliação da eficácia das medidas. E aqui fizemos uma explicação das diferentes terminologias. -----

Temos as Medidas parcialmente implementadas. Não implementadas em estudo e as não respondidas. -----

De uma forma global, o nosso Plano para este, no resultado do ano de 2024 encontra-se com uma execução de 92,96%, na qual 60,58 foram implementadas e 32,38% implementadas parcialmente, o que perfaz então os 92,96%. Quando nós falamos das implementadas parcialmente, isto acontece porque, dentro de uma mesma unidade orgânica, muitas das duas unidades orgânicas podem ter um mesmo risco e não estar completamente cumpridas, as medidas. E então uma sacrifica a outra e é por isso que considera se não parcialmente implementada. Daí que no valor final da execução é considerada e temos este valor dos 92,96% temos as não implementadas e não implementadas em estudo e as não respondidas que atingem o 3,38%. -----

O Quadro que o segue está um bocadinho mais pequeno, mas vocês também vão ter acesso e de onde fizemos o resumo. Aí está detalhado por cada unidade o número de respostas que tivemos dos serviços, o que é que foi implementado, O que é que não foi? Aqui também temos as unidades e também conseguimos verificar, por exemplo, na administração verificámos que a barra verde temos as medidas, que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

riscos que foram medidas implementadas, mas não implementadas, não implementadas. E conseguimos fazer um quadro comparativo que nos vai dar o total que vimos na anterior.

Aqui, nas medidas não implementadas temos uma justificação, ou seja, é um mapa que trazemos aqui de modelo, porque o plano completo tem vários. Tem este suporte, por exemplo, trouxemos aqui algumas, algum dos casos? No caso da Gestão Financeira, da Fiscalização e do Urbanismo, temos aqui alguns motivos de não implementadas. Numa delas, houve um dos casos na fiscalização, não tínhamos a utilização dos tablets no financeiro. Um dos motivos era, por exemplo, temos uma das medidas que não. Não se consideraram implementadas e porque estamos a trabalhar com as novas aplicações dos multibancos e não estão totalmente ainda carregados. E isso faz com que a Medida não fique completamente implementada e, portanto, todas estas somas de medidas fazem com que se esteja a corrigir o serviço. Os serviços, o que é que temos a trazemos aqui a eficácia das medidas. Temos 108% considerámos que foram eficazes e parcialmente eficazes é de 5% não eficazes. Relativamente à monitorização das medidas, encontrámos duas medidas implementadas que não foram eficazes três implementadas parcialmente, que não foram eficazes e quatro. Não implementadas. Nós nas medidas que não foram eficazes, o que é que se está no próximo plano, que será agora no 2025? Já se vão fazer correções destas medidas, vai se organizar o novo Plano agora no próximo ano. E estas serão consideradas, serão retiradas e serão colocadas novas medidas. Aqui também está uma que não está tão visível, mas está a uns exemplos das medidas não eficazes. Como como eu falava há bocadinho, temos. Aqui é que está o exemplo até das tabelas dos multibancos. O porquê? São menos eficazes ou são mais eficazes? A aplicação que que os nossos trabalhadores, já estão mesmo no fim, que que os nossos trabalhadores conseguem atingir eficaz ou menos eficaz das medidas em recomendação em geral, isto é mesmo já a última mesmo. Temos as recomendações finais, que seria reuniões de Revisão do Plano com o envolvimento de todos, identificação de novos riscos.

Como eu estava a dizer há pouco, a continuidade da formação na área do Plano da Prevenção incluir a metodologia da monitorização, identificar medidas corretivas quando as mesmas não são implementadas. Uma criação de ferramentas e aplicação para monitorização e temos como conclusão que o Plano de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas é uma ferramenta essencial à Gestão Municipal para a avaliação e Monitorização dos riscos das medidas implementadas, reforço da transparência,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

transparência e confiança pública e o cumprimento do instrumento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e Recomendação da Norma. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: A senhora Deputada do Partido Socialista, deu mais cinco minutos ao Executivo. Tem a palavra à senhora Deputada Independente, Ana Poeta. -----

A Deputada **Ana Poeta (IND)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Eu adoro Planos, mas depois também gosto de saber como é que eles funcionam na prática e como é que eles são implementados. Portanto, tenho duas ou três questões muito rápidas. -----

A Primeira é se o Gabinete de Auditoria e Qualidade também tem Auditoria e se existem Auditorias Externas? -----

Como é que funciona o Canal de Denúncias? E, entretanto, foi referido que foram auscultados os dirigentes e que não estão a deixar de fora a maioria dos colaboradores do município. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado João Ferreira, do Partido Social-Democrata. -----

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Senhora Vereadora, com todo o respeito, não tenho nada contra o seu power point. Gosto muito de ver PowerPoints, gosto muito de ver Planos, como já foi dito agora pelo anterior Deputada. Mas isto fez me lembrar, em 2006, um Deputado Socialista, na qual eu aprecio bastante o senhor Cravinho, que apresentou uma proposta concreta contra a corrupção, é o próprio PS, votou contra. Lembrei-me desta situação. Os que não são corruptos e que trabalham sabem como é que se acaba e os que são corruptos também sabem como é que se acaba, mas não convém. ----- Toda a gente sabe que o método e o *modus operandi* é muito simples cria-se dificuldades para depois vender as facilidades e está no país inteiro, toca em todas as instituições. E digo isto aqui sem medo nenhum. O que se deve fazer para diminuir a corrupção? Se considerarmos o corrupto um peixe dentro do aquário e tirar-lhe a água, porque acabar com a corrupção e a utopia? Até em países de ditadura a utopia é reduzida quase a zero, mas não chega a zero. Mas todos nós sabemos como é que se reduz a corrupção. É reduzir a burocracia, é aumentar a transparência e, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

se isso servir de utilidade para pôr nos Planos, porque toda a gente sabe isto. Podem ter vergonha de dizer, podem ter receio de dizer e alguns não dizem porque não lhes convém. Mas toda a gente sabe isto. E o país cada vez está pior. Disse. -----

O Presidente da AML disse: Pretende usar da palavra o senhor deputado Carlos Martins tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Este Relatório realmente faz-me lembrar um Relatório de faz de contas. A gente aqui apresenta o Relatório, aplica se medidas, mas depois vamos ver que a maioria não foi cumprida. E não são corrigidas ao longo do ano. Portanto, há aqui algumas caricatas e que não são por culpa dos trabalhadores, mas pela liderança dos trabalhadores da política. E no caso da fiscalização da gestão financeira, ainda não foi criada a norma formal da regra de utilização. Bom, quem é a culpa? Não diz de quem é a culpa. Normalização, e fica-se em planeamento. previam que fossem efetuadas auditorias ao auditórios internas periódicas e amostras de processos. Não foram realizadas auditorias. Bem. Quer dizer assim não há corrupção, Não há sinais que. Relativamente à monitorização das medidas, verificamos que existem duas medidas implementadas que não foram eficazes três Medidas implementadas parcialmente não eficazes quatro Medidas implementadas. Quer dizer, chegamos à conclusão que realmente é um faz de contas. -----

Depois, em relação ao Urbanismo, dedicação, planeamento e tal, diz a deficiente instrução dos processos e depois disso, só duas funcionárias administrativas desta Unidade Operativa e que têm formação nesta área. Quer dizer, a gente chega a perceber para que é que isto serve, não é? Depois, na fiscalização e contraordenação, bem, existe um número limitado de tabuletas, pá! Quem é a culpa? Basta uma aplicação no telemóvel para referenciar, mas não é feito. E depois exige-se aos funcionários que prestem contas do seu trabalho como deve ser. Assim, é impossível trabalhar. E mais adiante está aqui outra caricata recomendação. Assim, verificou se que seria importante. Reparem bem o que está escrito Senhor Presidente, se me permite só concluir. -----

O Presidente da AML disse: Conclua, por favor. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** retomou a palavra e disse: Assim, verificou-se que seria importante a realização de reuniões para a Revisão do Plano com a Direção Municipal e Departamento Municipal para a adaptação mais funcional e orgânica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

deste plano. Então, mas 12 anos? Quatro anos deste mandato, ainda chegámos a esta conclusão? Senhora Vereadora, desculpe. -----

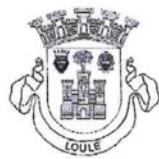
O Presidente da AML disse: Continuam abertas as inscrições para os senhores deputados que pretendam usar a palavra. Tem a palavra, senhor Deputado Manuel Alfredo do Partido CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Alfredo Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Não me vou alongar muito, mas tinha que falar porque nós somos do Partido CHEGA e o Partido CHEGA, foi quem pôs isto na ordem de trabalhos para todo o país. A corrupção, portanto, é uma nossa bandeira. Mas, no entanto, quero dizer o seguinte, portanto, não vou falar muito mais porque não vou falar muito, mais, porquê? Não vou falar muito mais, porque o que eu vi é que isto, felizmente é uma matéria que parece que estão a aprender. Estão a aprender rápido, ainda bem. -----
Nós gostamos disso, que é transversal a todos os partidos aqui desta Assembleia. Portanto, aqui o senhor Deputado João Ferreira, falou. Senhor Deputado Carlos Martins, falou e muito bem. Portanto, é a tal coisa. Portanto, a democracia é assim. Eu, a minha parte da democracia é esta. Quando há um partido, pode ser tudo à minha extrema. Mas se disser aquilo que é aquilo que nós pensamos, nós temos que concordar, como é óbvio. Portanto, agora, o que o Partido CHEGA, gostaria de ouvir, nós gostaríamos de ouvir, portanto, a bancada do PS, o que é que tem em relação a isto? Porque realmente, como disse e muito bem, eu também tinha tomado notas, como falei à última. Por isso é que é agora vou tentar levantar o dedo primeiro e assim não há tabletas. Não há tabletas suficientes. As pessoas tratam destes assuntos, não têm a formação técnica, portanto isto é irrisório. Portanto, não haver uma auditoria, virem apresentar um Plano Contra a Corrupção e, portanto, não fazerem uma Auditoria, uma única auditoria, então onde é que está a transparência? Não há transparência. Portanto, isto é para inglês ver, como a gente costuma dizer. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Costa, do Partido Socialista, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: A minha intervenção é muito curta, e tem a ver com as recomendações, no plano de Prevenção. Nem as reuniões

*Attag
d.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

concordamos ou reuniões de revisão do plano e envolvimento com todos e com todas. Identificação de novos riscos e respetivas medidas. Continuação da formação na área do perigo. É importante a questão da formação envolver mais funcionários, mais colaboradores, incluindo a metodologia de monitorização do perigo. A identificação de medidas corretivas quando as mesmas não são implementadas do ponto de vista das medidas corretivas. É importante, enfim, acentuar, isto é, a criação de ferramentas de aplicação monitorização do PPR SIC. Portanto, é importante. Enfim, as recomendações devem ser implementadas e fazer escola no sentido de se mitigar essa questão, que é a corrupção. Isso. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Continuam abertas as inscrições. Tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias. -----

A Vereadora Marilyn Zacarias tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Bom, vamos responder aqui, vou começar pela Deputada Ana Poeta. Sim, é o Gabinete de Auditoria e Qualidade também está certificado, não é também entrar na certificação, as auditorias são feitas? Não há, não é? A resposta também vai aqui para o senhor Alfredo, igual, senhor Deputado Alfredo, porque claro que auditorias temos, Auditorias Externas e temos Auditorias Internas que decorrem, pelo menos duas vezes por ano. -----

Quanto à auscultação dos dirigentes, é deixarmos os trabalhadores, não, como é que funciona? Nós fazemos as reuniões e inclusive o Plano de Prevenção de Corrupção, tem a responsabilidade ou está abaixo da responsabilidade do Executivo, dos dirigentes e, neste caso, da Diretora Municipal e da DOS. E no caso que tenha a ver com este pelouro e dos dirigentes da Casa? Porquê? Porque são os dirigentes que depois em cada unidade vão com os seus trabalhadores, vão fazer eles o seu programa de prevenção e nós temos uma grelha de trabalho. Quando fazemos o programa e são eles que nos que nos trazem as propostas dos riscos e das próprias medidas de mitigação. São eles que, também dentro da unidade, vão tentar evitar que o risco e evitar que a intenção que se quer realmente que não exista a corrupção dentro de cada divisão. Ora, os trabalhadores não ficam de fora e não fazemos a reunião com o trabalhador diretamente, mas sim com o dirigente. E é o dirigente que fica responsável e traz essa a essas medidas. E estas reuniões são com eles. Não, não fica nunca o trabalhador de fora. -----

O senhor Deputado João Ferreira, é verdade, reduzir a burocracia era importante e



Mag
A,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

não depende só da Câmara. Não é reduzir a burocracia até vem mais de cima do que nós. Porque há muita burocracia que não é do município e da legislação. E não depende só dos nossos. -----

Falando aqui do nosso município e do nosso trabalho do dia a dia e faz-se o que se tenta fazer. Nesse sentido, a monitorização e aqui o senhor Deputado Carlos Martins, quando diz que temos 12 anos o plano não tem. Em Loulé, na Câmara de Loulé não tem 12 anos. Estou a dizer aqui que foi aprovado em reunião de Câmara a 16 de dezembro de 2020 e em Assembleia Municipal a 1 de março de 2021. -----

Este Plano que estamos a trabalhar, portanto assim não estão à 12 anos e nós este que estamos a trabalhar agora é o último e que está a monitorizar. É verdade, estamos a tentar fazer o melhor possível enquanto os trabalhadores tentar encaminhar e tentar que eles também entrem nesta dinâmica e aceitação de novas medidas de adaptação a criar aqui regras e que também sejam integrados nesta neste novo plano e adaptar. Porque não é só o Plano de Corrupção, é também o Canal de Denúncias. -----

Desculpe, a Deputada ainda tinha perguntado pelo Canal de Denúncias que também é trabalhado na Câmara. E temos uma, temos mesmo, inclusive, duas pessoas só dedicadas a receber o Canal de Denúncias para respondê-lo, e para a mesma basta enviar para a Câmara no site da Câmara e internamente ele é direcionado para essas duas pessoas que fazem a mesma resposta do Canal de Denúncias e encaminhamento. Tem uma linha interna que o faz e, portanto, é um trabalho de formiga, é verdade. E estamos aqui a tentar contribuir com os tablets, é verdade, houve aqui uma necessidade, não é o facto de a Câmara de Loulé não ter dinheiro para os tablets, não é? É o caso que houve aqui um período, inclusive, que nós não tivemos. Agora sim, já temos os fiscais, porque na contratação passámos aqui quase quatro anos sem conseguir contratar. Porque o concurso dos fiscais tinha ficado sem ser concluído e neste momento já temos fiscais. Sim, já fizemos a reposição e eles já estão todos a trabalhar e já não é este. Quando nós dizemos aqui que vamos a corrigir as medidas é que estamos a fazer novas adaptações. Esta é uma das que terá que sair. É que ficará corrigida, porque quando se fez o Plano e a grelha de trabalhos estava e o que a chefe nos respondeu no momento respondeu porque o que eu trago aqui transrito é o que a chefe nos responde quando fazemos a grelha. E ela respondeu. E nós, neste momento já não temos esta necessidade ou este problema dos tablets. Senhor presidente, pode continuar. Penso que o senhor Alfredo já lhe falei da auditoria e acho que é tudo também, Senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Senhor Deputado João Ferreira, do PSD, tem a palavra.

O Deputado João Ferreira (PSD) tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente.

Senhora Vereadora, em relação ao aumentar a transparência e mitigar, portanto, reduzir a burocracia, é verdade, pode vir do Governo em relação a legislação, mas as próprias Câmaras também podem tomar algumas iniciativas que oferecem resistência durante muito tempo. Por exemplo, a Ordem dos Arquitetos, eu vou falar na minha área, não é o seu Pelouro, mas, mas vai compreender porque também está na parte da fiscalização. Não deve ser muito distante, que é o seguinte a própria Ordem dos Arquitetos até já fez o papel de uma vez. Mas prontos. De ter recomendado a todos. Os arquitetos estão inscritos na ordem que estão no Estado para se reduzirem simplesmente a observar os parâmetros urbanísticos. Mas o que é verdade é que alguns, infelizmente e a maioria dos que estão no Estado não são todos. Felizmente, fazem dissertações de mestrado e alguns quer quase que se atrevem a fazer teses de doutoramento para dar resposta a um projeto, seja para aprovar, seja para chumbar. Por isso é que por isso é que isto leva quatro meses, oito meses, dez meses. E isto não se pode fazer. Isto é um crime que se está a fazer ao desenvolvimento local e regional cometido pelos meus colegas. Porque o que deveria haver era alguém com poder numa Câmara dissesse assim; *meus amigos, aqui está um check list e é pelo check list que veem a área de construção área e não tem que estar ali a fazer apreciações que não lhes dizem respeito, e às vezes conseguem fazer. Escrevem coisas que nem alguém com formação e doutoramento consegue saber o que é que eles estão a escrever.* Depois é o seguinte por que é que não há Atas de reuniões? Eu estou a pagar impostos, toda a gente está a pagar impostos e o erário público do funcionário público está a atender, está a receber salário de quem paga impostos e deve e não deve ter medo de uma Ata, tem que assumir as coisas. Portanto, não vamos para ali dizer assim, você não pode pôr um quadrado. Ponho um triângulo e depois a seguir, se o triângulo diz assim passado oito meses vem dizer não pode ser um triângulo, afinal, tem que ser uma circunferência. Desculpem eu estar a simplificar isto, mas é para toda a gente perceber lá em casa. Isto é uma vergonha. Consulta de processos, uns alegam alegadamente que é por causa do Código do Processo Administrativo, outros dizem que é a Proteção de Dados. Parem com esta vergonha! Os processos são públicos porque se os processos não eram públicos, não eram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aprovados em Reunião de Câmara. Portanto, isto não é dirigido a esta Câmara, é dirigido a todas as Câmaras. É uma vergonha, esta corrupção porque se quer, porque se a alimenta. Disse. -----

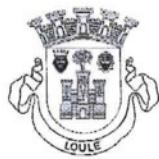
O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Continua a palavra à disposição dos senhores deputados que a queiram usar. A deputada Sandra Castro, do Partido CHEGA tem a palavra. A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimenta todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. Eu gostaria só de fazer uma questão, perante este Relatório que foi apresentado, se encontraram alguém que fosse acusado de corrupção ou indiciado. Se foram detetados comportamentos desviantes e se houve alguma queixa ao Ministério Público. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Continuam as inscrições à vossa disposição, Senhor Deputado Ruben Santos, do Partido Social-Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **Ruben Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento a si e aos colegas deputados, ao Executivo e também ao público que nos assiste lá em casa. Senhora Vereadora, cingindo-me aqui à apresentação do Plano e acabei por ver que é sobretudo na área do urbanismo que estão menos medidas implementadas ou parcialmente implementadas e mais medidas não implementadas. E estive à frente. Reparei que uma das medidas era a realização das auditorias regularmente e que a justificação de não ter sido implementada era de que não foram realizadas auditorias. A minha questão é qual é o motivo exato pelo qual não foram realizadas auditorias? E sabendo que Portugal, na área da percepção da corrupção, está constantemente a cair posições, nomeadamente no que diz respeito às autarquias locais. E em duas áreas muito específicas, que são a contratação pública e o urbanismo. O que é que sobre esta medida e nesta área do urbanismo? O que é que pensa o Executivo Municipal fazer para implementar esta medida e que outras medidas trás, para implementar de futuro? Muito obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias. -----

Attestado
A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Deputado. Sim, nós temos aqui umas medidas. Quando a empresa da auditoria externa e uma coisa são as nossas auditorias internas e nós passamos por todos os serviços. E as auditorias externas vêm à nossa Câmara, as auditorias são aleatórias. Temos o universo, como eu apresentei ali, de todas os serviços que fazem e realmente neste Plano, as que menos foram realizadas e faltou nos aqui a auditoria do urbanismo e está programada na próxima auditoria, foi pedido o reforço no urbanismo, ser feita a auditoria que ficou em falta aqui, porque é como eu estava a explicar nesta grelha que se apresentou agora e que se fez o encerramento deste trabalho, realmente onde está em falta, são estas quatro unidades que seria na fiscalização e no urbanismo e esse é um dos motivos. E nós fizemos agora um reforço e um pedido para fazermos as auditorias. Mas não é um motivo específico, não é um porquê seja urbanismo, ou seja, no financeiro, porque é assim. Se me permite e esta aqui, são todas estas áreas da Câmara que se faz que estão certificadas e são nestas que nós fazemos as auditorias.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Vereadora. Senhora Deputada Maria João Carapeto, do PS, tem a palavra.

A **Deputada Maria João Carapeto (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, Senhor Presidente. Depois de ouvir as várias intervenções dos senhores Deputados, não poderia deixar de dizer o seguinte A maior parte das questões que aqui foram colocadas sobre corrupção foram colocadas ao nível do foro nacional e permite-me também utilizar uma expressão as pessoas *dançam conforme a música que vai tocando*. Neste caso, as autarquias vão elaborando os seus Planos conforme os governos e conforme aquilo que os governos legislam. É conforme aquilo que a Assembleia da República legisla. Ora, se existem leis que têm que ser cumpridas às autarquias, têm que cumprir essas leis e têm que cumprir a burocracia constante dessas leis. Nada podem fazer, não podem ir contra as leis. Portanto, era só isto que eu queria ressalvar para que as pessoas lá em casa percebam que, efetivamente, e quando foi referido também que a corrupção é a nível nacional. Nós estamos aqui a nível local, a nível da autarquia, portanto é isso que nós temos que ver e não a nível nacional. Terá que ser discutido, talvez na Assembleia da República. Obrigada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não havendo mais inscrições. Este é só outro assunto, ok? Muito bem. Não sei se o Vice-Presidente quer dizer alguma coisa sobre esta matéria. Não? -----

Eu faria apenas um comentário, que é o seguinte: para além da súmula feita pelo Senhor Deputado João Ferreira na sua intervenção inicial, referiria também que o mau funcionamento dos serviços ou a ideia generalizada desse mau funcionamento é também um fator que aumenta o risco de corrupção e é por isso que é importante que seja comunicado com eficácia o que é que os serviços fazem e com que prazo estão a fazê-lo. Caso contrário, os serviços estão a fazer bem o seu trabalho, mas a ideia de mau funcionamento continua generalizada e a dar os seus frutos no que diz respeito ao incentivo para contornar esse mau funcionamento por meios ilegais, naturalmente, mesmo que os serviços estejam a funcionar bem. E este é um assunto em que a administração tem que ter muita atenção, que é a transparência. E o funcionamento dos serviços, tem que ser claro para que as pessoas tenham a noção que não é preciso esquemas obscuros para que as coisas funcionem. E todos nós ouvimos as histórias aqui e ali em que se inventam dificuldades, em que, como já foi dito, para depois se oferecer a resolução desses problemas que não existem, através de meios de meios ilegais e que nos envergonham a todos. -----

Porque a corrupção é, de facto, uma chaga da nossa democracia, que é dever de todos combater e que, em larga escala, ela pode pôr mesmo em causa o funcionamento da nossa democracia, do nosso sistema democrático. Porque, no fundo, a corrupção viola um dos princípios fundamentais da vida democrática, que é o princípio da igualdade. Quando alguém paga para ter uma coisa que não tem direito, o princípio da igualdade está a ser ferido e está a ser violado e a democracia está em causa. -----

E posto isto, a Assembleia tomou conhecimento deste desta proposta e antes de passarmos a alínea seguinte, eu daria a palavra ao senhor Deputado Bruno Guerreiro para que colocasse a sua questão à Mesa. -----

A Assembleia tomou conhecimento desta Proposta.-----

O Presidente da AML disse: Antes de passar à alínea seguinte, eu daria a palavra ao senhor Deputado Bruno Guerreiro, do PSD, para que colocasse a sua questão à Mesa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Sintam-se a todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. Estávamos aqui com uma dúvida, supostamente na Ordem do Dia, por exemplo, teria direito a dez minutos? Compreendendo que aqui, no quadro que está nos tempos definidos para a Assembleia Municipal, é um minuto por Deputado. Os outros nove minutos foram distribuídos pelas bancadas ou como é que funciona? Era esta a pergunta. O **Presidente da AML** disse: O critério foi exatamente esse. Mas tinha dez minutos antigamente e agora passou a ter um minuto. Quando fizemos a Revisão do Regimento, um dos problemas que tivemos, é que o aumento dos Grupos Municipais foi quase para o dobro. Eu aquilo que encontrei foi exatamente a mesma coisa que o que o Deputado Bruno Guerreiro está a falar, que é no anexo onde diz como é que é feita a distribuição dos tempos, o valor por deputado é de 30 segundos, para o Período de Antes da Ordem do Dia e é de um minuto para o Período da Ordem do Dia, na intervenção que eu fiz ontem. Mas, tal como eu disse também, a Conferência de Representantes vai reunir para analisar esta situação mais em detalhe. Tanto mais que, no que diz respeito à apresentação de requerimentos, diz lá, que os Deputados têm direito a apresentar requerimentos, inclusivamente, acho que fala inclusivamente num determinado tempo que eu não tenho agora de cabeça. Tem a palavra o senhor Deputado. -----

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Bom, então tira-se aqui uma conclusão. Mais vale estar no Público do que ser deputado aqui. Isto é ridículo, isto tem de ser corrigido rapidamente, senão, senão é melhor pormos as bancadas vazias e vamos para lá. Eu peço desculpa, mas não vamos. -----

O **Presidente da AML** disse: O Regimento foi objeto de grande trabalho, artigo a artigo e a preocupação principal foi de equilíbrio. Esta era uma situação que não existia e, ao fim ao cabo, para a qual não estávamos preparados. Portanto eu ontem, quando anunciei o que é que estava no Regimento e o facto de isso não permitir que a senhora deputada não diga mais do que bom dia ou boa noite e obrigado, é porque efetivamente essa situação, do meu ponto de vista, e a bem da democracia, também deve ser revista. Daí que em próxima Reunião da Conferência de Representantes iremos ver o que é que vamos fazer relativamente a isso e vamos ver... O tempo das sessões, como nós já chegámos à conclusão, também é excessivo em relação ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tempo disponível. Ver se a gente se entende, as 4h00 disponíveis, se formos fazer as contas, só em termos teóricos é que encaixam ali ao segundo, para que, com aquele tempo que os deputados têm, dê exatamente ali o tempo das sessões. Não tem o tempo de a Mesa falar, não tem o tempo que se fala a mais sem cronometragem. Portanto, esses nove minutos, penso que não tem lógica nenhuma estar a distribuir. Tem mais lógica nós pensarmos é qual é o equilíbrio a esse nível. E foi uma das coisas que foi acautelada na altura. Nós não podemos criar uma situação também em que um Grupo Municipal seja preferível passarem todos a Independentes ou parte a Independentes, porque isso vai rentabilizar o tempo de forma substancial. Portanto, todas estas coisas foram ponderadas na altura. Agora que temos esta situação concreta, de um Deputado Independente, acho que temos que olhar para isto em sede de Conferência de Representantes e eventualmente dar depois notícias das conclusões a que chegarmos em sede de Assembleia Municipal. Porque, como nós sabemos, o próprio Regimento pode ser revisto a qualquer altura, por maioria de 2/3. Como estamos aqui a falar em questões de bom senso. Eu não tenho problemas nenhuns em fazer Revisão do Regimento, nem que seja na última sessão, se isso nos puser de consciência mais tranquila, que penso que será o caso. Portanto, conforme anunciei ontem, este assunto será objeto de reunião de Conferência de Representantes tão breve quanto possível. -----
E sendo assim, passaremos à alínea j) Proposta da Câmara Municipal 1362-2025 [DACEC]. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1362-2025 [DACEC] - Aprovar a Adesão do Município de Loulé à Rede de Cidades Pelo Clima e a Assinatura da Respetiva Carta de Compromisso; para conhecimento; -----

O Presidente da AML disse: Eu era por aqui que queria começar, por pedir ao Executivo que pondere e reflita sobre se esta matéria é para conhecimento ou se é para deliberação. Ela foi aprovada para conhecimento e eu não vejo inconveniente nenhum que a Assembleia tome conhecimento disto. Mas, na verdade, parece-me que isto é matéria que, sendo estratégica, ela passa pela validação da Assembleia. Portanto, se concordarem, numa primeira fase, tomamos conhecimento da deliberação da Câmara e numa segunda fase, convidamos o Executivo a refletir,

CM Loulé
CJ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

porque quase de certeza que isto é matéria para deliberação da Assembleia. Se os senhores deputados concordarem, tomaremos por agora conhecimento e depois veremos qual é a posição do Executivo sobre isso. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Pois, realmente, também tinha lido a Proposta da Câmara e ela, o que está lá na deliberação, foi à Câmara para conhecimento da Assembleia. -----

O **Presidente da AML** disse: Que esta decisão foi tomada dessa forma, não tenho dúvidas. Que eu acho que esta matéria e a Adesão a outras redes, tem passado pela Assembleia Municipal, também não tenho. Portanto, não para já, acho que não se deve levantar questões de ilegalidade. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Como se trata de uma Adesão, mas que por acaso não vem lá mencionados custos, se calhar não há necessidade de ir à Assembleia Municipal, para deliberação, como não tem lá custos associados. -----

O **Presidente da AML** disse: Eu sinceramente pedi algumas opiniões a Presidentes de Assembleia e houve, opiniões diferentes relativamente a isto. Aquela que para mim faz mais sentido é que a adesão não é a adesão da Câmara Municipal, é a adesão do Município. O município tem dois órgãos, sendo dois órgãos, esta adesão deve ser validada pelos dois órgãos do Município. Esta é a questão de fundo que penso que o Executivo irá refletir sobre isso e depois nos dará notícias, ou se sim ou se não. Senhor Deputado Hélder Faísca, do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Eu penso que se de facto é para o Executivo refletir, acho que mais vale ser retirada a proposta e depois vem para a aprovação ou vem para o conhecimento porque estamos a tomar conhecimento e depois vir para a aprovação? Acho que não faz muito sentido. Acho que faz mais sentido se de facto a Câmara vai refletir, é retirar a proposta e depois trazê-la ou para conhecimento ou para aprovar. -----

O **Presidente da AML** disse: Aquilo que eu convido a refletirem é que nós já tomámos conhecimento dela a partir do momento em que ela nos foi enviada. Ou seja, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

todos os efeitos, nós tomamos conhecimento quando a recebemos, já que tomamos conhecimento pela receção, o conhecimento, do meu ponto de vista, está tomado. Aliás, se encerrar este assunto desde já, mesmo sem apresentação, para todos os efeitos, nós tomamos conhecimento dele. Portanto, estamos aqui, no fundo, a dizer a mesma coisa. Mas aqui ficar em ata, a Assembleia não tomou conhecimento, quando os deputados tomaram conhecimento, não tem lógica. Se o senhor Vice-Presidente quiser tomar a iniciativa de retirar a proposta e voltar depois a trazê-la exatamente nestas condições, se for esse o entendimento ou reformulada, também poderá ser numa altura, uma situação que nos resolve o impasse. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Aqui, enfim, numa reflexão também breve, entendemos que facilmente se poderá remover o entendimento. Foi que, não tendo aqui nenhum compromisso financeiro, poderia ser apenas para conhecimento, mas como referiu e bem, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, isto é, o Município de Loulé que está a aderir a esta rede. Enfim, os compromissos que aqui estão, estaria o Senhor Vereador Carlos Carmo preparado para vos fazer uma apresentação sucinta, mas efetivamente era apenas grupos de trabalho, era uma participação ativa, era assinar uma carta de compromisso para a questão da neutralidade climática. Mas sim, eu concordo com o senhor Presidente. Portanto, é refletir, porque se há entendimentos divergentes, convém pôr, nem que seja por prudência. E se houver um entendimento concordante, trazer para deliberação, porque estamos todos salvaguardados, porque há aqui um vínculo para o Município e, independentemente de não haver um compromisso financeiro, pelo que entendemos que podemos remover a proposta e trazê-la, depois desta reflexão e apreciação mais aprofundada. -----

O Presidente da AML disse: Muito bem, então consideramos que a Proposta foi retirada. -----

A Proposta foi retirada a pedido da Mesa-----

O Presidente da Assembleia passou à leitura da Ata Minuta referente à sessão de hoje. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Jorge Santos Silva Gomes,

Almeida
d'



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ao abrigo da legislação, faz público na continuação da Sessão Extraordinária de 28 de julho de 2025 realizada em 29 de julho de 2025 e aprovada em minuta, a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1305-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal / 4^a. Alteração Orçamental modificativa da Receita, 4^a. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3^a. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 4^a. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos; foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, (21 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 INDEPENDENTE) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU); -----
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1349-2025 [DAF] - Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, foi aprovado por maioria, com 32 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 INDEPENDENTE) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 CDU); -----
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1221-2025 [GAF] - 6.^a Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Alte no Valor de 345 065,53€ (trezentos e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco euros e cinquenta e três céntimos), foi aprovada por unanimidade; -----
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1317-2025 [GELH] - Minuta de Contrato de Compra e Venda - Aquisição de Imóvel Urbano (Armazém) em Propriedade Total com Alvará de Utilização para Serviços, Sito na AEL - Área Empresarial de Loulé; foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 INDEPENDENTE). O Deputado Carlos Costa, do PS, alegou impedimento, não tendo estado presente, nem na apresentação, nem na discussão, nem na votação desta alínea; -----
- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1246-2025 [DMADS] - Aprovar a Aquisição de Prédio Rústico Situado no Lugar de Olivais de Santo António, Freguesia de S. Sebastião, Loulé, foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 1 abstenção (IND); -----
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1283- 2025 [DACEC] - Aprovar e submeter a Assembleia Municipal o Relatório Voluntário Local: Loulé Rumo a 2030; foi retirada a pedido do Executivo; -----
- i) - Proposta 1160-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas (2024); a Assembleia tomou conhecimento; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

j) - Proposta 1362-2025 [DACEC] - Aprovar a Adesão do Município de Loulé à Rede de Cidades Pelo Clima e a Assinatura da Respetiva Carta de Compromisso; foi retirada a pedido da Mesa. -----

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 23h08 do dia 29 de julho. -----

O Presidente da AML disse: E posto isto, estamos então em condições de fazer o habitual encerramento. -----

Antes de vos desejar boas férias, porque teoricamente, vamos entrar de férias. A Assembleia durante o mês de agosto não está em funcionamento. Quero lembrar-vos que na primeira quinzena de setembro teremos a sessão temática com o secretário executivo da AMAL e na segunda quinzena de setembro, a Sessão Ordinária de Setembro, obrigatória por lei. -----

Os nossos agradecimentos a todos os que tornaram possível a transmissão e a acessibilidade desta sessão, inclusivamente a pessoas que têm dificuldades na compreensão do português oral, como é o caso da comunidade de surdos mudos. Ao Gabinete de Apoio à Assembleia, ao pessoal do som e da Imagem, ao público que nos assistiu a cá em casa, aos senhores, ao senhor Vice-Presidente e ao restante executivo aqui presente. Aos senhores deputados e deputadas, boas férias para todos. Muito obrigado. -----

O Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Sílvio Araújo

O 1º SECRETÁRIO Fernando Seixas Marques

A 2ª SECRETÁRIA Almídia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

